

Sistema de governo: a confusão aumenta.

“Um samba do crioulo doido, em que fica difícil para a opinião pública compreender o que está acontecendo e que sistema irá governá-la brevemente.” Assim, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) definiu ontem as negociações que se desenrolam há mais de um mês sobre o sistema de governo a ser adotado pela nova Constituição.

A confusão é tal que o próprio Expedito, depois de uma audiência com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e com o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, disse que o presidente Sarney está convencido de que só haverá consenso sobre a forma de governo a partir de uma emenda presidencialista, que fortaleça o Congresso Nacional; ao mesmo tempo em que o grupo parlamentarista, liderado pelo senador José Richa, bem como o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), admitiam a possibilidade de consenso em torno de um parlamentarismo gradual, consenso aliás admitido também pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

Sarney — segundo relato do deputado Inocêncio de Oliveira, que também esteve com Costa Couto e com o chefe do SNI, além de manter um encontro extra-agenda com o próprio presidente da República — leu todas as propostas parlamentaristas e não gostou de nenhuma. Todas elas, segundo o presidente, refletem o “assembleísmo”, pelo qual apenas o Parlamento seria fortalecido e o presidente ficaria reduzido a uma figura decorativa.

Apesar disso, no entanto, Carlos Sant'Anna, empenhado na vitória das teses de Sarney, entregou ontem à tarde ao senador José Richa, para exame, proposta de criação de uma “comissão de transição”, destinada a propor as medidas necessárias à organização institucional, se adotado o parlamentarismo gradual. Inspirada no modelo português, a “comissão de transição” teria nove membros, sendo três indicados pelo presidente da República, três eleitos pela Câmara e três pelo Senado. Seria instalada no dia da promulgação da Constituição e extinta seis meses depois.

Contudo, segundo o porta-voz de Sarney, Frota Neto, o presidente continua esperando que lhe seja apresentada uma proposta de sistema de governo para negociar. “Eu não serei empecilho à negociação a partir de uma fórmula consensual”, disse Sarney, segundo Frota, que se negou, porém, a considerar que o presidente aceitará o parlamentarismo, caso esse sistema acabe prevalecendo.



Na Assembléia, muita discussão e descrença.

As emendas

Enquanto o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, continua defendendo a emenda Manoel Moreira, que prevê um primeiro-ministro sem os poderes que teria no parlamentarismo puro, tornando-se apenas um coordenador do governo, o grupo de Richa trabalha pelo parlamentarismo gra-

dual, com base principalmente em emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Por essa emenda, a qual, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, já teria sido aprovada pelo PMDB, o parlamentarismo pleno só seria adotado a partir de março de 1990, e o mandato do presidente Sarney e



Sant'Anna com Richa: entendimento?

dos próximos presidentes seria de seis anos.

No primeiro ano de implantação — 1988 — o primeiro-ministro seria nomeado pelo presidente da República, com ou sem aprovação da Câmara, o que ainda não foi definido. Não haveria moção de censura e nem o

Cabral pede mais 72 horas: novo atraso no cronograma.

O novo substitutivo do relator Bernardo Cabral, que deveria ser conhecido hoje, só será apresentado na próxima sexta-feira à meia-noite. Essa nova alteração no cronograma, já confirmada oficialmente ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai retardar ainda mais a promulgação da nova Carta: conforme cálculos da secretaria-geral da Mesa da Assembléia, só por volta de 15 de outubro o substitutivo chegará ao plenário para votação em primeiro turno — justamente um mês antes da data que Ulysses estipulou para a promulgação.

A decisão de prorrogar por mais 72 horas o prazo de entrega do parecer foi para atender um pedido do próprio Cabral, que argumentou precisar de mais tempo para continuar as negociações em torno do sistema de governo, reforma agrária e reforma tributária — pontos ainda não fechados nas reuniões paralelas. Mas a decisão não foi tomada isoladamente pela cúpula do PMDB:

antes disso, Ulysses consultou todas as lideranças partidárias e delas recebeu aprovação. “Concordei porque assim teremos mais tempo para conversar”, disse ontem o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP).

Lula é de opinião que, depois de entregue o projeto de Cabral, as coisas ficam mais difíceis. “Para ser aprovado no plenário da Sistematização, o parecer já precisa de 47 votos”, ponderou Lula. “Mas vai precisar de 280 votos no plenário da Constituinte — e se o projeto não contiver as coisas que a sociedade espera, tudo pode complicar”.

Na verdade, as lideranças acabaram concordando com Ulysses, cuja principal argumentação para prorrogar o prazo se baseou na necessidade de aprimoramento e reexame de caráter geral do texto: “Quanto melhor sair o substitutivo mais fácil será a sua tramitação”.

No próximo ano, os estados e municípios deverão receber Cz\$ 821,4 bilhões, correspondentes às

transferências federais. Esse montante representa a terça parte de toda a receita tributária federal, ou ainda 47% da receita do Imposto de Renda e 57% da arrecadação do IPI. O acréscimo sobre as previsões iniciais do governo, expressas no projeto de lei orgamentário em tramitação no Congresso, é de Cz\$ 253,6 bilhões.

O projeto, que deverá passar pelo Executivo para as adaptações necessárias, limita as transferências de recursos da União para os estados e municípios a Cz\$ 568,8 bilhões, dos quais Cz\$ 255,2 bilhões correspondentes ao IR e Cz\$ 199,8 bilhões ao IPI.

Os Cz\$ 821,4 bilhões que os estados e municípios receberão em 1988, caso a Constituinte mantenha a disposição atual de votar as propostas das lideranças das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que juntas somam 292 votos na Constituinte, correspondem aos seguintes itens: 21,5% da receita do IPI/IR para o Fundo de Participação dos Estados; 22,5% da mesma re-

ceita para o Fundo de Participação dos Municípios; 3% para investimentos diretos nas regiões citadas; e mais 10% da receita do IPI para compensar os estados pela concessão da isenção do ICM nas exportações.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, é contra todos esses dispositivos, principalmente os 47% do IPI/IR para estados e municípios. Mas, apesar de argumentar que o tesouro ficaria empobrecido e que, assim, haveria necessidade de um choque fiscal compensatório das perdas da União, não conseguiu convencer as lideranças.

Inconformado, Bresser foi a Sarney — e dele também nada conseguiu. Sarney não só concordou com o novo desenho da reforma tributária contido no projeto de Constituição, como deixou claro às lideranças partidárias que não haveria o choque fiscal com que ameaçou o ministro. O ajuste tributário, segundo Sarney, se fará dentro dos limites anteriormente definidos.

presidente poderia dissolver a Câmara. Em 1989, somente com os votos de dois terços da Câmara o Ministério poderia ser derrubado. E em 1990, o regime vigiria em sua plenitude.

Dessa forma, acreditam os parlamentares do grupo Richa, estaria eliminada a grande preocupação que o presidente Sarney vem manifestando em relação à implantação do parlamentarismo: a possibilidade de o novo regime de governo ser inviável, não resistindo à eleição do próximo presidente da República, desestabilizando a democracia.

Segundo Richa, serão necessários três anos para a transição, ficando as eleições diretas para 1990, de forma que haja a necessária adaptação do sistema político e administrativo. Pela emenda do senador Nelson Carneiro, que deverá ser adotada por Richa e seu grupo, o presidente da República será o chefe do Estado, comandante-geral das Forças Armadas e árbitro do governo; mas o controle político-administrativo ficará com o primeiro-ministro, que poderá ser exonerado pelo presidente.

Há ainda, além da tese do presidencialismo puro, uma outra, chamada estranhamente de “egirinoscarneça” (uma composição silábica por abranger propostas de Egídio Ferreira Lima, Afonso Arinos, Nelson Carneiro e de José Fogaça — este o autor do estranho nome), que propõe um parlamentarismo com maiores poderes para o presidente da República. Mas apresenta duas exigências que podem atrapalhar o entendimento: a imediata adoção do parlamentarismo e a não aceitação da posição do grupo Richa, ou seja, os seis anos de mandato para o presidente Sarney e a implantação gradual do parlamentarismo.

Descrença no Congresso

Para os líderes do PDS, deputado Amaral Neto, e do PFL, deputado José Lourenço, não haverá acordo, nem mesmo com o adiamento do prazo de entrega do substitutivo de Bernardo Cabral. “Não vai haver entendimento coisa nenhuma. Só é viável a aceitação do parlamentarismo clássico. Qualquer contrafação, criada para superar dificuldades, levará o parlamentarismo ao fracasso e o País ao caos”, preveniu Amaral, que disse não acreditar nem mesmo que saia uma nova Constituição.

As lideranças do PMDB, embora prevendo uma vitória do presidencialismo num eventual confronto no plenário da Constituinte, acham que a pequena margem da vitória, de acordo com as pesquisas (40 votos), não conseguirá dar estabilidade ao sistema.